

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero reiterar o convite a todos os deputados e deputadas e a todos que estão nos ouvindo para participarem de uma sessão especial nesta noite, aqui, na Assembleia Legislativa, em homenagem aos 90 anos da Coluna Prestes, completados no dia de ontem. É um evento histórico da sociedade brasileira, de singular importância para definir o futuro da República, a partir da década de 20, inclusive definidor de movimentos posteriores que vieram mudar a história da República brasileira.

Temos ouvido falar pouco sobre a Coluna Prestes e muito menos do que a importância desse fato histórico tem para a sociedade brasileira. E isso se deve principalmente pelo fato de que a sua principal liderança, Luiz Carlos Prestes, alguns

anos depois de terminada a marcha da coluna tornou-se comunista.

Então, esse assunto não entra na educação formal nas escolas, ou entra muito *en passant*. Quando se fala do Movimento Tenentista, muito *en passant* se cita, mas não se busca aprofundar, porque a principal liderança daquele movimento tornou-se comunista. Mas ele é absolutamente importante, deputado Nilson Gonçalves. E, aliás, não pode ser confundido, como às vezes se faz por boa ou má-fé, com um movimento de caráter comunista, porque não era. A história precisa ser contada e mostrada da forma tal qual ela é.

A Coluna Prestes que na verdade recebeu esse nome já no período que estava acontecendo, de outubro de 1924 até fevereiro de 1927, mas especialmente neste período desta data até outubro de 1930, foi muito comentada pela opinião pública brasileira. E o próprio Luiz Carlos Prestes muito saudado pela opinião pública brasileira, inclusive pelos grandes jornais da época, porque se tinha no Prestes como a figura que poderia seguir um programa liberal que pudesse derrotar a República Velha.

Então, imaginavam isso e trabalhavam nesta tese de diversas lideranças, de diversas autoridades políticas, em alguns setores da oligarquia, nas hipóteses de Luiz Carlos Prestes ser candidato a presidente ou então ser chefe de um movimento pela instauração de uma República liberal, que derrotasse a República Velha existente até então.

Mas eis que em 1930 Luiz Carlos Prestes disse: "Não, eu não vou com esse movimento". E foi convidado inclusive por Getúlio Vargas para ser o chefe militar do movimento de 1930, chamado de Revolução de 1930. E recusou justamente porque disse: "Esse é um movimento de caráter liberal, é uma fissura nas oligarquias dominantes no campo e de setores insipientes da burguesia nos espaços urbanos. E eu não vou, porque esse movimento não vai resolver os problemas mais sentidos e estruturais profundos que afetam o conjunto do povo pobre brasileiro."

Evidentemente que deixou de ser saudado e de ser chamado de Cavaleiro da Esperança e passou a ser chamado, naquele momento por seus próprios ex-companheiros e tenentes, de traidor.

Uma década e meio depois vimos, depois do Estado Novo e das dificuldades também com o governo Getúlio Vargas, especialmente da ditadura do Estado Novo, que o Prestes estava certo em 1930.

Teremos uma sessão especial na noite de hoje, neste Plenário, com a presença da historiadora Anita Leocádia Prestes que vai falar desse movimento importante na história do Brasil, o Movimento Tenentista, e dentro dele especificamente a chamada Coluna Prestes.

Para quem conhece um pouco mais dessa história, a Coluna tinha formalmente como comandante Miguel Costa que era major da Polícia Militar do Estado de São Paulo, comandante da Força Pública do Estado de São Paulo. Hoje se fala Polícia Militar, mas na época era Força Pública do Estado de São Paulo. Ele já havia participado do levante de cinco de julho de 1924, na capital paulista, e encontrou com Prestes em abril de 1925, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

A coluna gaúcha saiu do interior do Rio Grande do Sul, a partir do dia 28 de outubro de 1924, ou se encontrou com os paulistas, em Foz do Iguaçu, em abril de 1925. E por insistência e tática de Luiz Carlos Prestes é que prosseguiu, porque a maioria dos paulistas estava desertando, desistindo ou se rendendo ao governo do período, que era o governo de Artur Bernardes.

Então, a tática definida por Luiz Carlos Prestes de guerra em movimento é que garantiu a sobrevivência por mais de dois anos desse movimento composto por militares e civis, a maioria homens, mas também com cerca de 50 mulheres. Eles recusaram abandonar a Coluna, diga-se de passagem, e acompanharam a marcha. Tinham um efetivo que variou de 1.500 a 700 e poucos filhos do povo brasileiro, gente pobre, militares, filhos de agricultores, mas também composto por muitos voluntários civis.

Era um movimento militar e popular que tinha como objetivo algumas mudanças na política brasileira. Eles entendiam que derrubando Artur Bernardes, um ditador, teriam a emancipação e a possibilidade de progresso do país. Defendiam reformas políticas e sociais, como o voto secreto, direito e combate à corrupção que já existia no governo na década de 20, no governo da República Velha. Era uma luta contra as oligarquias mais retrógradas da sociedade brasileira.

Então, derrubar Artur Bernardes era o objetivo militar e político imediato do Movimento Tenentista e da Coluna Prestes em especial. E como eu já falei, o Miguel Costa era formalmente comandante, o Prestes chefe do estado maior.

Do caráter do comandante da Coluna Prestes eu gostaria de registrar um fato que faz muita falta na política e talvez na caserna nos dias de hoje, que é o exemplo.

Quando a Coluna internou-se, pediu asilo ao governo boliviano, Prestes que era engenheiro militar fez contratos com o governo da Bolívia para construir estradas. O objetivo era garantir que cada soldado, cada integrante da Coluna recebesse um salário para poder seguir um rumo na sua vida.

Então, enquanto outros comandantes e outras lideranças foram para Montevideu, para outros lugares, inclusive articular com Getúlio Vargas e outras lideranças liberais da época, Luiz Carlos Prestes permaneceu num acampamento de uma construção, na Bolívia, com seus soldados feridos, doentes, garantindo a cura daqueles que era possível, dando atendimento e a mão àquele que estava morrendo por enfermidade decorrente da marcha, garantindo emprego para aqueles que de uma forma ou de outra poderiam se repatriar e voltar ao Brasil, mas precisariam de condições materiais, de um salário. Então, o comandante permaneceu ao lado do soldado até que o último tivesse condições de voltar à sua vida normal na Bolívia ou no Brasil.

Quero reiterar o convite para participarem hoje à noite, às 19h, desta sessão especial, neste

plenário, para discutirmos este assunto, com a presença da historiadora Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes e de Olga Benário, como todos aqui que conhecem um pouco da história do Brasil sabem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Queremos dar boas-vindas aos alunos do Colégio Madre Francisca Lampel, de Gaspar. É um prazer tê-los todos aqui e espero que tirem bom proveito dessa experiência de conhecer essa estada. É um total de 39 alunos, acompanhados das professoras Luciane e Cleméria.

Obrigada pela presença de todos.

Queremos dar as boas-vindas também ao pessoal do 5º ano A e B, do Colégio Gustavo Richard, do município de Blumenau. São 33 alunos que se encontram aqui, acompanhados da professora Anabela.

Muito obrigado pela presença de todos nesta Casa Legislativa.

A próxima oradora inscrita em Breves Comunicações é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, professores de Blumenau e de Gaspar, que estão acompanhando nossa sessão neste momento, quero cumprimentar todos os alunos presentes e dizer que é muito bom ver as crianças já iniciar sua vida escolar compreendendo os espaços de decisão, de formulação de leis e de fiscalização.

A minha manifestação hoje se refere a algo que tem sido falado, especialmente a partir de segunda-feira desta semana, que é o Decreto n. 8.234, de 23 de maio de 2014, que institui a política nacional de participação social e o sistema nacional de participação social, que alguns menos esclarecidos ou talvez com uma intenção já preconceituosa têm chamado de decreto bolivariano.

Quero chamar atenção, porque creio que um dos grandes males do nosso país é a desinformação. As

pessoas ouvem, reproduzem sem analisar de fato o que estão dizendo e a veracidade das informações. Não é porque a Rede Globo ou uma emissora de TV anuncia num jornal ou um comentarista fala que seja a única versão dos fatos ou a versão verdadeira. Essa capacidade crítica de analisar os fatos e compreender o que está em jogo é papel da educação, é papel do cidadão brasileiro.

Esse decreto que tem sido tão discutido esta semana coloca, na verdade, como pano de fundo quem quer um país mais democrático, mais participativo ou menos democrático, menos participativo. Não tem nada a ver com interferência aos conselhos, não tem a ver com retirar poder do Parlamento.

Nos 22 artigos do decreto, os quais analisei um a um, em nenhum momento são colocados em risco os Poderes constituídos. Esse decreto vem justamente para sinalizar que o cidadão organizado ou de forma individual tem o direito de expressar a sua opinião e que os gestores públicos precisam ouvir essa opinião antes de formular as políticas públicas. O decreto é tão bom que garante várias questões. E vou destacar aqui algumas.

Primeiramente, esse sistema tem que garantir na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação dos programas algumas diretrizes. Esse decreto precisa considerar as ideias, as opiniões e as deliberações da sociedade civil, dos conselhos de políticas públicas, das comissões de políticas públicas, das conferências nacionais, da ouvidoria pública federal, das mesas de diálogo - nós sabemos o quanto temos pautas que precisam ser tratadas, como é o caso das 40 horas, como é o caso do fator previdenciário, temas polêmicos que numa mesa de diálogo, onde estariam presentes governo, sociedade civil de forma paritária ou empregados, empregadores e governo, de forma paritária, discutiriam esse tema -, fóruns interconselhos, audiências públicas, consultas públicas e ambientes virtuais de participação social.

É objetivo dessa política nacional, entre outros, consolidar a participação social como método de governo. Por que o governo não quer a

participação social? O que é que um governo tem a perder com a participação social? Eu não consigo compreender.

(Passa a ler.)

"Art. 4º São objetivos da PNPS, entre outros:

[...]

II - promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social". Ou seja, para sair do papel, senão nós discutimos e discutimos nos conselhos e não sai do papel e as pessoas começam a desanimar de participar.

(Continua lendo.)

"III - aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes;

IV - promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação nas políticas e programas de governo federal". Todos descritos no art. 4º de tal decreto anteriormente citado.

Também está assinalado nesse decreto que um dos objetivos centrais do Sistema Nacional de Participação, na verdade, é a publicidade, a rotatividade dos seus membros, porque há conselhos em que os membros estão lá a vida inteira. Ele sai de presidente para secretário, de secretário para membro, de membro para conselho fiscal. O que destaca aqui esse sistema? Que é necessário ter rotatividade, que a pessoa não pode se perpetuar no poder. Destaca também que tem que ser paritário, que a definição das políticas públicas deve sofrer uma consulta prévia à sociedade, que é importante a garantia da diversidade, que tem que haver critérios transparentes de escolha dos seus membros.

Ora, onde há problema em nós, cidadãos brasileiros, exigirmos transparência na escolha dos membros de todos os conselhos?

Falei da rotatividade.

(Continua lendo.)

"VII - publicidade de seus atos."

Conforme o § 1º do art. 10:

"§ 1º A participação dos membros no conselho é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada." [sic]

Então, convido os ouvintes e os telespectadores a analisar todos os artigos. Não fiquem como boca de aluguel reproduzindo coisas sem fazer uma análise. Analisem esse decreto e verão que nele o fundamento central é aquilo que o grande educador Paulo Freire já dizia: conhecimento é poder. E precisamos socializar o poder. Como é que se socializa poder? Permitindo que o cidadão brasileiro participe. E quando as pessoas participam mais da sociedade, elas compreendem melhor a sociedade e elas se constroem como sujeitos.

Portanto, o que está em jogo no fundamento dessa disputa pós-eleitoral é um Congresso Nacional que se fecha mais e diz: "Nós não queremos a participação popular, não queremos fortalecer esses mecanismos. Nós queremos que o cidadão continue trazendo-nos somente as demandas". Ou então nós dizemos para a sociedade o seguinte: "Cidadão, você quer participar? Vá para os conselhos, vá discutir todos os temas sobre os quais tem afinidade e assim construiremos uma democracia verdadeira".

Eu quero manifestar o meu repúdio com essa falácia toda que desinforma, prejudica a construção da democracia e não contribui para a construção de uma cidadania verdadeira.

Esse decreto foi rejeitado na Câmara Federal e agora vai para o Senado onde já está acontecendo um abaixo-assinado *on-line* da sociedade brasileira, pedindo aos 81 senadores que se manifestem favoráveis.

O questionamento com relação ao decreto também é outra desinformação. "Ah, mas por que não lei e sim decreto?" Porque, em primeiro lugar, esse decreto não busca interferir em nenhuma instância de poder já instituído. Em segundo lugar, não cria nenhum cargo e nenhum orçamento. Ele vem para estimular a participação individual e coletiva de todos os sujeitos da sociedade.

Então, como presidente da comissão de Direitos Humanos, quero dizer que um direito sagrado é o direito à participação. E não vamos aceitar que esse direito à participação esteja restrito

somente a alguns. Queremos uma democracia participativa neste país e não somente representativa. O papel que exercemos é fundamental, mas quando temos a capacidade de ter uma lei que diz que os gestores públicos, os parlamentares e o governo, independente de partido, precisam ouvir e considerar aquilo que a sociedade aponta e levar isso para as suas ações, creio que não há nada de perigoso nisso. Ao contrário, a democracia sempre é a melhor forma de governo.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha, queremos também reforçar, deputada Luciane Carminatti, esse tema com relação ao Decreto n. 8.243, de 23 de maio de 2014 - e choca-me muito a forma como está sendo tratado -, pela forma atravessada que vem sendo discutido.

Parece uma revanche eleitoral votar nesta semana, a toque de caixa, esse projeto tão importante, que mexe extremamente com a nossa democracia brasileira.

Participei como dirigente sindical, muitos e muitos anos, dos conselhos municipais: Conselho de Saúde, Conselho da Agricultura Familiar, do município de Saudades, depois como dirigente regional do Conselho do Desenvolvimento Rural e Sustentável do ministério do Desenvolvimento Agrário. Por muitos anos fui conselheiro. E esse decreto vem aprimorar todo o processo de participação popular, dos conselhos populares dos nossos governos.

Como é bom, como é maravilhoso, nos diversos conselhos que eu participava, as pessoas simples que representam uma associação, um sindicato, uma organização, um movimento, uma associação de moradores de um bairro, ir ao conselho dar a sua opinião. E o decreto quer aprimorar isso. Ele não

quer tirar papel de deputado, de senador, de vereador ou seja lá de quem for.

Então, lamento muito a forma como está sendo discutida a aprovação nesta semana, porque é muito importante quando a sociedade consegue trazer suas sugestões, suas propostas, para dentro de um conselho democrático.

Então, está-se fazendo um debate totalmente equivocado, atravessado, como se fez muito também o debate eleitoral no nosso país nesses meses. E muitas vezes, inclusive, as pessoas colocaram acima da eleição nacional, dos projetos que estavam em disputa, a questão local dos municípios, não olhando como um projeto de país, um projeto que possa construir um futuro digno para o nosso povo brasileiro.

Então, lamentavelmente no Brasil se faz e comete-se muitos equívocos, e depois, infelizmente, a sociedade acaba pagando a conta.

É nesse sentido que quero reforçar, deputada Luciane Carminatti, a sua fala e a importância desse decreto. Acredito que a presidente Dilma e o governo federal não podem desistir dessa perspectiva de construir, sim, porque desde 2002 o Brasil avança muito na participação popular, com a criação de novos espaços nacionais, secretarias do direito dos negros, secretaria da juventude, por exemplo, que a nossa catarinense Severine Macedo coordena tão bem lá em Anita Garibaldi. E hoje ela é a secretária nacional da juventude, que criou as conferências que traz milhares e milhares de pessoas para discutir saúde, desenvolvimento rural, educação. Então, é maravilhoso quando o povo se reúne e aponta as grandes perspectivas.

Por isso, não tenho dúvida dos grandes acertos das políticas públicas nacionais, como, por exemplo, o Prouni, uma bela política, o Programa Mais Médicos, que era um apelo da sociedade brasileira para ter um atendimento médico lá nas comunidades mais distantes, aonde os nossos médicos brasileiros não chegavam. São programas e políticas com a participação da sociedade brasileira.

Diante disso, defendo muito e serei um eterno defensor de que precisamos ouvir mais as pessoas, ouvir mais a sociedade.

Quando estava no sindicalismo, quando tínhamos a dificuldade de buscar um rumo da nova etapa das lutas da agricultura familiar, chamávamos os agricultores e discutíamos com eles que nos ajudavam, davam essa melhor experiência de educação e de construção coletiva.

Quero, no dia de hoje, sr. presidente, novamente abordar um tema que tenho trazido aqui nesta tribuna, sobre o leite e os produtos que foram colocados no leite do nosso estado, por várias empresas, e o prejuízo que isso vai trazer para a nossa agricultura familiar.

Estive, na última segunda-feira, reunido com várias pequenas cooperativas do estado, que estão muito preocupadas com isso, porque essas cooperativas e os agricultores se empenharam muito em cumprir as regras, cumprir a questão da qualidade do leite, esforçaram-se muito nas propriedades, e alguém, no caminho, deputado Sargento Amauri Soares, por sacanagem, por maldição, por ser bandido, colocou um produto no leite e comprometeu toda essa nossa produção em Santa Catarina. Inclusive, alguns estados não estão comprando mais o leite de Santa Catarina, então toda a cadeia produtiva vai sofrer e também a economia catarinense.

Em alguns municípios que entregam um milhão de litros por mês, isso seria um milhão de reais que deixa de entrar para o município. Isso é uma economia muito grande para os municípios, é uma transferência de renda de outras regiões do país, que vem para os pequenos municípios, pela valorização que o leite está tendo hoje. Nos últimos cinco anos, significou em torno de R\$ 1,10 para os agricultores. Então, é uma renda que entra no município, que desenvolve a economia local, mas que está sendo ameaçada em muitos municípios.

Estamos extremamente preocupados com essa forma e esse processo em Santa Catarina, com essa ameaça que veio pela sacanagem, pelo banditismo de alguns, que ameaça o nosso grande produto, que

poderia ser chamado, em muitos municípios, em muitas regiões do oeste, especialmente no alto vale do Itajaí, a encosta da serra, no sul, que são as grandes produtoras, de ouro branco, que é o nosso leite.

Então, outra preocupação que levantamos é que isso não sirva para construir em Santa Catarina uma coisa que sempre vínhamos levantando aqui, que é a concentração para grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais na área do leite, acabando com todo o processo de organização dos agricultores do nosso estado que é extremamente rico e ajuda a desenvolver os nossos municípios, com pequenas indústrias, pequenas cooperativas que vêm se construindo.

Não é porque alguns fizeram sacanagem, que temos que condenar todo esse belo e extraordinário processo organizativo que está sendo construído no nosso estado, por cooperativas, por indústrias, mas especialmente por pequenas experiências, como lá no município de São Bernardino, como lá em Formosa do Sul, como em tantos outros municípios do nosso estado, onde a organização dos agricultores fez a diferença e não deixou tanta gente ser excluída como estava previsto.

Isso, agora, sim, ameaça aquelas pequenas propriedades que têm um pequeno capital, mas que estão se organizando e iniciando uma atividade que veio trazendo renda e mantendo esses agricultores lá nas propriedades.

Portanto, quero deixar esse alerta e mais uma vez aqui trazer essa condenação de pessoas que fazem sacanagem, fazem esse tipo de coisa que compromete a vida de muita gente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero cumprimentar todos e de forma muito especial todos que nos acompanham pela televisão, pela Rádio AleSC, enfim, todos aqueles que acompanham este momento.

Depois das eleições é a primeira vez que utilizo a tribuna e gostaria de iniciar este pronunciamento com um muito obrigado.

Agradeço a todas as pessoas que acreditaram em nosso trabalho nos últimos quatro anos, a todas aquelas pessoas que de alguma forma participaram do nosso mandato e que permitiram a nossa recondução a esta Casa, sendo desta vez o oitavo parlamentar mais votado de Santa Catarina e por felicidade, srs. parlamentares e sra. parlamentar, ser pela terceira vez consecutiva o deputado estadual mais votado do município de Blumenau. Isso me honra muito e acima de tudo me traz muita responsabilidade de agradecer não só ao povo de Blumenau, mas agradecer a todo o povo do vale do Itajaí. E aqui quero de forma muito carinhosa cumprimentar a população de Gaspar, Pomerode, Indaial, Navegantes, Itajaí, Presidente Getúlio, Timbó, Ibirama, Benedito Novo, Apiúna, Rio do Cedro, Acurra, Massaranduba, Luís Alves, Brusque, Itapema, Balneário Piçarras, Santa Terezinha, José Boiteux, Ituporanga, Rodeio, Salete, entre os 148 municípios que tive a oportunidade de receber algum voto.

Com certeza o nosso mandato, a partir do próximo ano, será um mandato de continuação de muito trabalho em prol das ações que praticamente envolvem o vale do Itajaí. Trabalharei de forma clara para Santa Catarina e para alguns setores, como o do setor florestal, que tem um papel fundamental para o desenvolvimento econômico do nosso estado, do nosso setor têxtil, enfim, quero buscar alguma parceria, algum conjunto com a área de tecnologia, porque temos que trabalhar Santa Catarina como sendo um estado gerador de novas tecnologias, de inovação tecnológica, gerador de empregos, de mão de obra com valor agregado, de produtos de valor agregado, para que o nosso

estado, a nossa Santa Catarina continue sendo um local diferenciado e que possa fazer com que a população se sinta cada vez mais protegida e com mais capacidade de crescer dentro da sua questão pessoal, salarial, dentro da sua família, com segurança, mas também com possibilidade econômica de se desenvolver e fazer com que o nosso estado tenha realmente políticas fortes. E esse é o nosso papel aqui na Assembleia.

Não poderia deixar também de trabalhar em prol do vale de Itajaí, nas questões estruturais tão importantes para aquela região, lutar junto com o governador Raimundo Colombo que fez uma brilhante eleição, reeleito, mostrando a sua aprovação. Lutarei junto com o governador Raimundo Colombo pela complementação das ações no sentido de prevenção de cheias no vale de Itajaí, de obras importantes como o complexo penitenciário no município de Blumenau, como a questão do prolongamento da via expressa.

Lutarei junto com o governo federal, e aqui é importante a participação dos deputados do PT na questão da duplicação da BR-470 que é vital para o vale de Itajaí. Ou seja, trabalharei nesta Casa no sentido de garantir que o estado possa criar políticas públicas de desenvolvimento e de geração de qualidade de vida para a sociedade catarinense. Mas também trabalharei com o vale de Itajaí para que possamos ter ações estruturais, ações importantes, no sentido de infraestrutura, que permitam o crescimento, que permitam o desenvolvimento daquela região tão importante para o nosso estado.

Quero agradecer com muito trabalho, com muita dedicação, com muito esforço, a todos que de alguma forma permitiram com que eu estivesse aqui novamente na condição de deputado eleito para o meu terceiro mandato.

Todos nós, parlamentares, temos a obrigação não apenas de trabalhar para quem votou em nós, mas temos a obrigação de trabalhar para todos os catarinenses, inclusive para aqueles que por uma questão de idade não votam ou não votam mais. Trabalhar para que todos realmente tenham orgulho

de Santa Catarina, para que todos tenham orgulho deste estado maravilhoso e para que possamos ajudar o governador Raimundo Colombo a continuar um trabalho forte, com o Pacto por Santa Catarina, com ações importantes para o nosso estado, no sentido de desenvolvimento e de infraestrutura.

Além disso, quero trabalhar cobrando também da presidente Dilma Rousseff muitas ações para o nosso estado; e com certeza ela terá um participação fundamental numa parceria com o governador Raimundo Colombo, para que as ações aconteçam, porque o governador Raimundo Colombo acreditou, apoiou o governo federal, num sentimento de gratidão. E nós agora esperamos que esse sentimento de gratidão do governador Raimundo Colombo seja reconhecido não no formato de espaço de governo, não no formato de cargos. Nada disso! Mas num formato de retribuição ao povo catarinense daquilo que nós pagamos de imposto, daquilo que nós geramos de produção, daquilo que nós geramos para o governo federal.

O que queremos apenas é o nosso direito proporcional de receber de volta aquilo que o catarinense produz, porque esse é um direito nosso, e o governador Raimundo Colombo tem toda condição de cobrar isso do governo federal, com altivez, com os princípios e com a capacidade administrativa que tenho certeza que ele possui. É dessa forma que temos que trabalhar. É para isso que sou deputado estadual, para trabalhar por aqueles que mais precisam de qualidade de vida e de infraestrutura na sua região.

Quero aqui, novamente, agradecer a todos pela oportunidade de estar no meu terceiro mandato e colocar-me à disposição de todos os srs. e sras. parlamentares, para que possamos juntos, sem distinção partidária, trabalhar em favor dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves)  
- Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero inicialmente cumprimentar a Câmara de Vereadores de Riqueza, em nome do vereador Lenir dos Santos, que apresentou uma proposta que hoje esta Casa coloca em votação, ou seja, uma moção em que os produtores rurais, cuja propriedade tem menos de 70 hectares de terras, sejam isentados das contribuições sindicais. Essa é uma forma de aliviar um pouco a carga tributária sobre o produtor rural que em todos os momentos é estimulado a abandonar a sua terra natal por falta de condições na questão da saúde, da educação, das estradas, da energia elétrica e da internet.

Hoje, os filhos de agricultores não querem mais ficar no campo por conta da falta de serviços. Mesmo as estradas sendo razoáveis e a energia chegando, eles não têm o telefone e não têm internet. Isso naturalmente espanta os jovens, justamente porque é através desses meios que eles ficam plugados no mundo inteiro. Assim sendo, saudamos, em nome dos vereadores de Riqueza, essas iniciativas no sentido de tornar melhor, de estimular a permanência do homem no campo.

Quero também saudar o conselheiro do Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Criciúma, Matheus Machado Rossi, que faz parte da comissão do Fundo da Infância e do Adolescente. Ele é também um apaixonado pelo FIA municipal. Inclusive, em Criciúma e em toda a região sul, foi feito um estudo envolvendo a Casa Guido - Grupo pela Unidade Infantojuvenil de Onco-hematologia.

A intenção do grupo é justamente atender às crianças e adolescentes que são acometidos por câncer, para dar apoio ao paciente e às famílias, no sentido da realização de exames, de facilitar o transporte e o tratamento. Um representante do grupo, o Matheus, realizou um estudo para analisar a evolução da arrecadação do Fundo na região sul de Santa Catarina. Na verdade, o ideal seria que

parte de toda a arrecadação do Imposto de Renda fosse destinada às ações sociais. Assim como já ocorre em que 12% da arrecadação do estado é destinada à Saúde, em que 15% da arrecadação do município é destinada à Saúde, teríamos que criar uma obrigatoriedade para que um percentual fosse destinado às questões sociais.

Seria interessante que fosse destinado um percentual em torno de 3% para a área social. Imaginem que o estado de Santa Catarina tem um orçamento de R\$15 bilhões a R\$20 bilhões, então 3% seria um valor substancial para a secretaria da Assistência Social fazer convênios com municípios e fazer ações integradas para desenvolver melhor a questão social.

Enquanto isso não acontece, apenas sobra o exercício de buscar recursos nos 6% do Imposto de Renda das pessoas físicas, no 1% das pessoas jurídicas. Aí fica difícil. Então, o Fundo da Infância e da Adolescência é uma brecha que existe enquanto o governo não resolve destinar um percentual para as questões sociais, que permite chegar às pessoas para pedir que destinem um tanto do seu Imposto de Renda para as questões sociais.

Então, esse conselheiro fez um estudo analisando a arrecadação do FIA e justamente observou que as pessoas contribuem pouco, a menos que haja algum estímulo muito especial. Quando há uma campanha para determinada coisa, as pessoas contribuem mais. Elas querem ver para onde está indo o dinheiro.

No caso da Casa Guido foi feito um trabalho e no mês de julho de 2014 foi arrecadado mais, quase R\$105 mil. E as pessoas contribuíram porque sabiam que fim teria o dinheiro. Esses são os chamados projetos cancelados. Hoje a legislação permite que se faça um projeto cancelado. A comunidade ainda não conhece bem, não acredita. As entidades, os conselhos municipais e o próprio Conselho Estadual da Assistência Social não conhece e não acredita.

Acredito que de tanto falarmos de iniciativas como essa do Matheus certamente os conselhos municipais passarão a conhecer e vão saber como

funcionam esses projetos cancelados, e na medida em que as entidades vão apresentando e vão sendo aprovados, vamos criar alguns exemplos positivos.

Creio, sr. presidente, que na medida em que apareçam entidades que apresentem esse tipo de projeto, os conselhos começarão a analisar e compartilhar entre as cidades e passarão a conhecer esse novo modelo, permitindo pelo Conanda os chamados projetos cancelados, que seria a forma de aumentar a arrecadação do FIA e fazer os investimentos sociais, principalmente na área da criança e do adolescente, que são muito importantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0006/2013, 0233/2014, 0306/2013 e 0336/2013.

Também comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0146/2014, de entidade social, encaminhando documentação para manutenção de título.

Igualmente comunica que a comissão de Trabalho Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0270/2014, 0376/2014, 0554/2014 e 0599/2013, todos de entidade social, encaminhando documentação de título.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0227/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0230/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0273/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será enviada aos destinatários a Indicação n. 0436/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos 90 anos da Coluna Prestes, convite feito pelo deputado Sargento Amauri Soares.

Está encerrada a sessão.